



ATA DA 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – CONED-SP, realizada aos 27 (vinte e sete) dias do mês de julho do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às 09h, de forma virtual (plataforma teams). Participaram os conselheiros titulares e suplente como segue: Lúcia de Fátima Chibantes Fortes e Núbia Elias dos Santos – aguardando publicação (SES), Ana Carolina Gonçalves (CVS), Rauli Machado Titscher (DENARC), Juliana Quaranta (FUSSP), Valéria Martinez da Gama (PGE), Marcos Paulo de Oliveira Alves (SJC), Ana Paula Forli (SEFAZ), Jaelson Nunes Magalhães e Luis Carlos Ribeiro Mendes (S. Esportes), Eliana Borges G.R. da Silva e Paulo Henrique Bonfim Xavier (SEDS), Alessandra Santos Conversani (SAP), Lalala Suero Lopes Silva (SDE), Luciléa Correia Rocha (SEE), Vera Lúcia Sant’Anna Martins (IMESC), Jurema Reis C. Panza e Edison de Almeida (FDE), Natáche Kristie C. de Oliveira (F.Casa), Sumaia Inaty Smaira (UNESP), Fabio Carezzato (GREA), Sebastiana da Silva Fontes e Aldemiro de Figueiredo Rolim (ABRAMD), Debora Gomes de Melo dos Santos (LEPSI), Thiago Marques Fidalgo e Filipe Aburaya Yamaki (PROAD), Thalita Ferreira Dias (ACT), Maíquel Gorin (IPH), Lucas Roncati Guirado (FEBRAC), Jorge Artur C. Floriani e Sabrina Mertens de Carvalho (REDUC), Renata de Barros B. Naccache (FPA), Marta Elena Reis (CEFATER), Andreza do Nascimento Almeida (PBPD), Cecília Galício Brandão (ACUCA), Fernanda Alves Bezerra e Isabela Marques Gomes de Lemos (SMDHC), Lisiane Cristina Braecher (MPF), Mariana Borgheresi Duarte (DPESP), Maria do Perpétuo S.S. Nobrega e Maria Cristina Mazzaia (COREN), Silval de Oliveira Santos Cazenave (CRF), Kaili Bueno Abdalla (CREMESP), Laura Sahm Shdator (CRP), Regiane Cristina Ferreira e Patrícia Ferreira da Silva (CRESS) e Gabriella Arima de Carvalho (OAB).
Justificaram: Sara Gonçalves Orsi e Sandra Montagna Barelli (CRS), Rogério Augusto da Silva (PGE), Claudia Pietro Contento (SH), Guilherme Peres Messa e João Climaco P. Trindade (FCMSC), Solange Aparecida Mendes da Silva (PS), João Paulo Barbosa Lopes (DPF) e Maria Angélica de Castro Comis (CRP).
Sem justificativa: Nelson Cesar Rosa Vieira (PROERD), Ticiane Costa D’Alcova (SEH), Ailene Christina Oliveira da Silva e Isabela Campos Rotelli (SECEIC), Ana Cecília Marques e Daniel Cruz Cordeiro (ABEAD), Luiz Carlos Rossini (PS), Rodrigo Levin (DPF) e Ana Lúcia Menezes Vieira e Luiz Alberto S. Bevilacqua (MPESP).

São Paulo, 21 de julho de 2023

Em nome da Presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED-SP) venho **CONVOCAR** todos os Conselheiros (titulares e suplentes), a participar da 176ª Reunião Ordinária a realizar-se no dia 27 de julho de 2023, no período das 09h às 12h, de forma virtual pela plataforma Teams

Senhor Conselheiro, participando da reunião você está autorizando a gravação da reunião. * Conforme deliberado na 175ª Reunião ordinária, em reuniões on-line as câmeras deverão estar abertas.

PAUTA

1. Aprovação da Ata da 175ª Reunião Ordinária (5):
2. Informes Gerais (15):

- a) Representação no GTI-Grupo de Trabalho Cracolândia:
- b) Fundo Estadual sobre Drogas:
- c) PL 981/23:
- d) Comissão Editorial (vaga acadêmico-científico)
- e) Recursos Financeiros para financiar projetos de Prevenção:

1



3. **COMUDA – Centro de Convivência de Alcool e Drogas (10’):**
4. **Comissões Temporárias-CTs (10’)**
 - a) **PEPD – Plano Estadual sobre Drogas;**
 - b) **COMADS – Conselhos Municipais sobre Drogas;**

Marcos Paulo de Oliveira Alves

Secretário Executivo

Atenção: Conforme Decreto do CONED nº 64.640 de 04/12/19

1.5 4º – O membro do colegiado ausente por 2 (duas) vezes, de forma injustificada, ou por 4 (quatro) vezes, ainda que justificadamente, no período de 12 (doze) meses de mandato, terá a sua substituição solicitada ao órgão ou entidade que representa.

2.5 5º – O disposto no §4º deste artigo não se aplica:

1 – à ausência a reunião extraordinária, quando justificada;

2 – à ausência ocasionada por situação excepcional reconhecida pelo Plenário do CONED.” (N.R.)

Conforme Regimento Interno vigente - Capítulo VI

§ 1º - Na ausência do titular e com presença do suplente, não há exigência de justificativa.

§ 2º - Na ausência do titular e do suplente a justificativa deverá ser apresentada em nome da Instituição, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis após a reunião a que se referir

§ 4º - Todas as ausências serão consignadas em ata.

A Presidente abre a reunião agradecendo a presença de todos. Passa para Verinha que lê como primeiro ponto de pauta aprovação da Ata da 175ª Reunião ordinária. Diz que a Ata foi enviada por e-mail para considerações de todos os conselheiros. Pergunta se existe alguma objeção ou pode ser aprovada. **Aprovada por todos** (considerando o quórum) por unanimidade e na integralidade. Verinha passa para item 2 da pauta: a) **Representação no GTI-Grupo de Trabalho Cracolândia**. Eliana pergunta para Cecília sobre o funcionamento do GT. Cecília diz que a última reunião ocorreu no mês de março. Explica que é uma continuidade e que os trabalhos estão sendo retomados. Cita que o Supply coordenava este GT pela Câmara dos Vereadores. Após eleito Deputado Estadual assumiu o lugar da Janaina Paschoal que era quem coordenava pela Assembleia Legislativa. Eliana diz que novos membros foram colocados e isso vai aumentar bastante os debates. Pergunta se existe dados das discussões? Cecília diz que o relatório não foi publicado. Deve ter em torno de 2.000 páginas. Cita que pode ser pedido para disponibilizar os relatórios produzidos. **Andreza** volta a questão da Ata sobre encaminhamentos referentes a questão da Alesp. Diz que na Ata consta que seria feita uma reunião com a Presidente (CONED) e a Defensoria Pública, no sentido de construir uma agenda e acertar nossa reunião na ALESP. Eliana pergunta se a resposta pode ser dada no final dos informes. **Andreza** concorda. Eliana pergunta a Cecília se dentro da temática (GTI Cracolândia) se ela teria mais alguma coisa a apresentar. Cecília diz que sim. Fala que o GTI foi instalado na situação de violência da Cracolândia, da operação Caronte. Cita que o grupo acabou se esvaziando e não conclui nenhum tipo de trabalho, relatório, recomendação ou documento. Eliana fala que então devemos retomar os trabalhos. Verinha passa para o item b – Fundo Estadual sobre Drogas. Eliana fala que o fundo é uma luta diária desde 2017. Precisamos buscar a implantação pois estamos perdendo recursos que poderiam estar financiando projetos para a política de drogas do Estado. Da um exemplo tipo: Juiz aplica uma multa e não tem como repassar o dinheiro para nós. Cita que existia a Comissão dos Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas-COMBAT e esta estava instalada na Secretaria de Desenvolvimento Social. Fazemos os leilões dos bens apreendidos como carros, imóveis, aeronaves e outros. Como não tínhamos fundo o dinheiro arrecadado era depositado no Fundo Nacional e para nós utilizarmos o recurso, era necessário fazer projeto. Os recursos nunca vieram. Diz que precisamos fazer nosso fundo. Com esta verba é que podemos realizar nossas conferências e projetos. Verinha cita que participou da Comissão dos Bens Apreendidos do Tráfico-COMBAT. Vários projetos eram enviados e praticamente nada



aprovado. Diz que após a Comissão de Segurança de Segurança foi feita nova distribuição de porcentagem de dinheiro a ser aplicada, 60% para segurança e 40%, não sei dizer. Eliana diz que é bem assim como Verinha citou e que é uma caixa preta esse fundo nacional. Fala para Cecília que como a entidade dela estará no Conselho Nacional - CONAD podem cobrar o que está sendo feito do Fundo. Pedir uma prestação de contas. Verinha diz que acompanhou desde 2009 o Fundo Nacional. Cita que em 2010/22 enviaram verba para estrutura dos conselhos Estaduais. Cita que recebemos e adquirimos vários itens como notebook, telefones e outros. Até a data de hoje a prestação de contas não acabou. Eliana fala que agora todos os conselheiros estão clientes da gravidade e que este é um ponto urgente a ser tratado. Eliana diz que poderia ser criado uma Comissão de trabalho para organizar uma minuta de texto para projeto de Lei. Se compromete que a Secretaria de Desenvolvimento Social leve este para Casa Civil pois o fundo tem que ser do executivo. Diz que já houve duas tentativas e não foi aprovado. Uma vez foi dado como vício de iniciativa pois o processo tinha sido feito por um Deputado. Cita que o CONDECA está montando uma comissão e elaboraram uma proposta de texto, passaram pelo procurador e depois a nossa Secretária apresentou na Casa Civil e esta já encaminhou para a ALESP. Andreza diz que é excelente a iniciativa de organizar o projeto de lei para o fundo. Isso nos remete a fazer um advocacy no legislativo. Precisamos ter uma agenda na Alesp que mobilize para aprovação. Cita sua experiência na UFBA e que conseguiram recursos através da subvenção social. Maria Cristina pede desculpas por estar sem câmera pois sua internet está muito ruim. Diz que ouviu as falas e que concorda com projetos de prevenção principalmente no uso precoce. Diz que é importante ter projetos. Eliana diz que concorda com tudo que foi dito. Pergunta para Andreza se os recursos que ela conseguiu foram através da UFBA e em que ano. Diz que pergunta porque a legislação mudou a partir de 2017. Fala que temos alguns caminhos: 1) pensarmos no fundo e como vamos nos organizar; 2) entender como estão os recursos federais e se tem possibilidade no momento de enviar projetos. Diz que se houver recurso disponível podemos pensar em enviar projetos. Outra ação é de marcar uma reunião com a SENAD para enquanto conselho definir o que poderá ser feito junto com o governo Federal para buscar recursos. Outro ponto é de entender burocraticamente como os recursos de um âmbito federal entram para financiar o nosso conselho, já que nosso conselho não tem rubrica própria. Não temos UO (unidade orçamentária). Depois podemos enviar ofício para SENAD pedindo esse diálogo. Eliana pergunta para Cecília para quando esta marcada a reunião do CONAD. Cecília diz que ainda não foi marcada. Diz que na próxima semana serão as nomeações do poder público e que as nomeações da sociedade civil ainda não saíram. Eliana diz que seria muito bom se a reunião do CONAD acontecesse antes da nossa pois a proposta é para segunda quinzena de agosto. Eliana pede para Cecília avisar pois é preciso afinar o quanto as entidades que estarão lá poderão nos ajudar. Cecília diz que comunicará. Eliana retorna a fala sobre a escolha de projetos e cita uma experiência vivida em Minas Gerais com o Conselho da Criança e Adolescente. Diz que os projetos eram negociados e as OSCS solicitavam para depositar o dinheiro no fundo com a verba carimbada. Dessa maneira investiam em muitos projetos de má qualidade. A partir daí foi fechada uma Resolução que quem deveria fazer a análise dos projetos seria o Conselho. Acha que este é um ponto que se pode trabalhar com o Governo Federal de só financiar projetos que forem endossados pelo Conselho. Assim, mostra o trabalho do CONED. Verinha passa a palavra para o Marcos que diz que o dia está atribuído pois no mesmo dia e hora da reunião, está aguardando a presença da Ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara e ele foi convocado para participar da reunião e solicitou para Verinha auxiliar a Presidente na reunião. Informa que já foi solicitada a troca de suplente da pasta da Secretaria da Justiça e Cidadania e cita que indicou o nome da Verinha para a suplência. Eliana deseja a Marcos uma boa reunião e pede para dizer a ela que tudo que for relacionado a Política de Drogas e os povos originários (sabemos que tem



uma problemática grande quanto ao uso) que estamos abertos para ouvir a demanda e o que podemos construir e trabalhar em conjunto. Verinha cita que a demanda na área de dependência química nas aldeias está muito grande. Diz que temos na justiça o Presidente do Conselho Estadual Dos Povos Indígenas e conversando com ele, ele citou o problema. Diz que falou que o CONED pode escutar e trabalhar em conjunto. Eliana diz para Verinha marcar uma reunião com ele. Pergunta se ele é coordenador dessa área. Verinha explica que ele é o Presidente do Conselho, mas a justiça já propôs a criação da Coordenadoria dos Povos Indígenas e está no aguardo da assinatura do Governador a publicação. Cita que o Presidente do Conselho deverá ser o coordenador. Eliana cita que trabalhar com os povos originários é preciso ter um grande cuidado e respeito imenso a cultura. Tuca pede a palavra e fala que ela atua nas aldeias da capital há mais de 3 anos e acompanha a questão de álcool, e outras drogas nas aldeias. Se coloca a disposição para participar da reunião com o Presidente do Conselho dos Povos Indígenas. Ela diz que tem estudos e projetos em Paralelos e cita que é grave a situação. Eliana pergunta se é possível elas se reunirem antes da conversa com o Presidente. Tuca diz que sim. Jorge diz que o trabalho da Tuca recebeu premiação no congresso da ABRAMD de Pernambuco. Também se coloca a disposição. Eliana diz que a experiência dela é pequena e foi quando trabalhou com o Bolsa Família. Eliana retoma a fala da montagem da comissão. Verinha pergunta se pode ser feita da seguinte maneira: enviar e-mail para todos consultando quem gostaria de participar da comissão. Eliana diz que pode ser, mas reforça a necessidade da participação do pessoal com formação em direito. Eliana diz que vai levantar os gargalos dos projetos anteriores. Verinha passa para o item c) PL 981/23. Diz que foi enviado por e-mail para todos os conselheiros o PL 981/23 que "Veda qualquer política de incentivo ao uso de drogas" para que pudessem tomar ciência pois este seria discutido na reunião.

Projeto de Lei Veda qualquer política de incentivo ao uso de drogas A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - É vedado ao Estado, aos Municípios, aos membros da Administração Indireta, as pessoas jurídicas de direito privado e as pessoas físicas promover qualquer forma de incentivo ao uso de drogas ilícitas. §1º - Considera-se forma de incentivo ao uso de drogas ilícitas qualquer ato que promova, incentive, proteja ou estimule o uso de drogas ilícitas, em especial: I - a venda, doação ou distribuição, de qualquer forma, seja gratuita ou onerosa, de material necessário ao consumo de drogas; II - a campanha publicitária, com fins comerciais ou institucionais, que incentive, normalize ou glamorize o uso de drogas; III - a ação institucional que vise proteger o usuário de drogas por meio de consumo sem embargo pelas forças de segurança; IV - a assistência ou orientação para o cultivo de plantas usadas como psicofármacos; V - a realização de eventos culturais ou festas de qualquer natureza em seja estimulada, mesmo que de forma sub-reptícia, o uso de drogas; VI - a atuação institucional no sentido de embarçar ou impedir a ação das forças de segurança em locais de concentração de usuários. §2º - Não se considera forma de incentivo ao uso de drogas a manifestação favorável à descriminalização das drogas. Artigo 2º - O Estado, ao se deparar com as condutas descritas no artigo 1º, promoverá as seguintes ações: I - se o agente for pessoa física, aplicar multa, de 5.000 (cinco mil) UFESPs, e enviar cópia do processo administrativo ao Ministério Público, caso haja prática de crime; II - se o agente for pessoa jurídica, pedir a suspensão da atividade de prestação de serviços da pessoa jurídica como medida de urgência e pedir a dissolução da pessoa jurídica, nos termos do art. 5º, XIX da Constituição Federal. Artigo 3º - É vedado qualquer forma de patrocínio, repasse de verbas ou apoio a qualquer obra cênica ou audiovisual que incentive ou glamorize o uso de drogas. Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação oficial.

Paulo acompanhou o PL e diz que o Deputado quer dizer como os agentes públicos deverão se portar diante das cenas de uso e diante de abordagem. Cercear como deve ser o executivo. Diz que é um projeto de Lei que é inexequível. Eliana diz que esse é um dos pontos porque o PL inicia fazendo uma discussão de que o Governo não poderia estimular qualquer ação de uso de substâncias. Verinha lê o PL. Andreza fala sobre a questão de redução de danos. Cita que acabamos de ter a eleição do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas-CONAD que é quem dita a Política e uma das categorias que fazem parte do conselho é a Redução de Danos. Diz que devemos nos manifestar enquanto conselho contra a aprovação desse PL.



Aldemiro diz que existem erros fundamentais na escrita do PL. Isso até demonstra a incapacidade da pessoa que redigiu este documento para lidar com este assunto. Diz que ele sai da esfera do legislativo. Diz que o Deputado é do MBL e sabemos que o MBL vem perseguindo as estratégias de redução de danos e os movimentos que trabalham com ela. Então não é técnico, ele não é uma perspectiva do cidadão do sujeito, ele é um, projeto de uma perspectiva de perseguição e de criminalização das pessoas. Fala que um grupo de especialistas da UNIFESP lançaram uma Nota Técnica que foi levada para Câmara dos Deputados se opondo a este PL. Faz a proposta de que se chame esses professores para uma discussão sobre a Nota Técnica referente ao PL. Cecília diz que é uma cilada. Nós enquanto especialistas estamos cientes que a política estadual está baseada na política nacional que por sua vez não está decolada da política internacional. Diz que este projeto é absurdo pois desconsidera o debate a partir da substância. Estas são classificadas de acordo com seu potencial terapêutico. O projeto ignora completamente a questão das substâncias, que são proibidas, que são controladas e regulamentadas com potencial terapêutico. Diz que tem um parágrafo que fala do cultivo das substâncias. Inclusive está dissonante da realidade do Brasil a respeito, por exemplo, do cultivo de maconha para finalidade terapêutica, que já é uma realidade. Diz que temos uma lei estadual, inclusive para fornecer substâncias que são tidas como drogas. De acordo com a portaria 344 da Anvisa e que já estão sendo tratadas para fornecimento para população. Fala que o poder legislativo deveria saber que existe um conselho que discute políticas sobre drogas, que ele, nestas circunstâncias, no mínimo deveria ser consultado e não o contrário. Jorge diz que esta contemplado com as falas de Myro e Cecília. Diz que precisamos ter uma relação seria com a ALESP. Criz Mazzaia diz que também se sente contemplada com as falas de Cecília e Myro. Fala que é importante na nossa resposta elucidar algumas questões para o Deputado como: isso não é uma questão isolada; precisamos realizar trabalho educativo; precisamos mostrar quais são os nossos males. Diz que é muito importante nos posicionar com relação ao álcool. Paulo diz que como o PL veda qualquer política de incentivo ao uso de drogas, devemos verificar com o pessoal do direito se isso é constitucional. O legislativo quer fazer uma lei para dizer como que as políticas públicas deverão ser constituídas, uma vez que quem constrói é o executivo. Acha que este projeto não tem constitucionalidade. Eliana diz que os PIs vêm para os órgãos interessados se manifestarem. Não concorda que se monte uma comissão para rever o PL mas trazer uma proposta de texto para resposta. Diz que este PL também foi enviado para a Coordenadoria fazer uma manifestação. Diz que a manifestação foi contrária. Diz que outros órgãos já se manifestaram contrários. Este PL tornaria inviáveis uma série de projetos e programas que já estão sendo executados. Diz que precisamos elaborar uma resposta. Verinha diz que é feita uma resposta e encaminhada ao Secretário da Justiça que é quem deverá responder. Gabriella lembra que tínhamos um Comissão de Política sobre Drogas que criava os textos sobre as consultas, este era aprovado pelo colegiado e enviado ao secretário. Verinha explica que era como a Gabriella disse. Recebíamos a consulta, a Comissão fazia uma minuta de texto resposta, este era enviado para o colegiado se manifestar. Diz que é importante se tem membros dessa Comissão. Gabriella diz que é importante retomar. Eliana pergunta se tem membros que participavam desta comissão. Verinha diz que Gabriella é uma. Debora diz que ela também. Verinha diz que podemos reconstruir com os membros que eram e permanecem no conselho e depois consultamos quem mais quer participar. Eliana diz que sim os membros que já estavam preparando a minuta desse documento e depois abrimos para quem mais quiser participar. Pergunta para Gabriella se pode ser. Gabriella diz que sim, mas seria preciso ver as outras pessoas que participavam. Eliana diz que a Verinha verifica e organiza o grupo. Eliana diz que precisamos votar sobre o PL e pergunta quem é favorável ao PL que levante a mão. Todos foram contrários ao PL 981/23. Não aprovado. Verinha pergunta se podemos retomar. Diz que já levantou quem participava da comissão de políticas sobre drogas na gestão anterior e cita Debora (LEPSI), Eliana (COED), Jurema

5



(FDE), Lucia (IPH), Luiz Antonio (CEFATER), Ronaldo (FEAE), Tuca (ABRAMD) e Vitor (DPESP). Agora entra a Gabriella (OAB). Verinha pergunta se os citados continuarão a fazer parte. Lisiane diz que acha que estava no grupo. Verinha diz que incluirá Lisiane. Eliana diz que no momento não consegue trabalhar nesse documento por conta de sua agenda. Verinha diz que a manterá no grupo. Jurema diz que continua. Debora também continua. Tuca continua. Verinha diz que este grupo pode iniciar os trabalhos e que enviará e-mail para todos os conselheiros consultando quem quer participar da comissão. Gabriella pergunta qual é o nosso prazo? Verinha diz que não tem a resposta no momento, mas sabe que tem que ser rápido tipo CONED express. Diz que a resposta é muito curta. Gabriella diz que assim que o grupo for criado ela envia uma proposta. Paulo diz que colocou no chat a Lei que a COED utilizou para resposta. Verinha da continuidade a pauta e passa para item **d) Comissão Editorial**. Fala que ela é composta pelo governo, acadêmico-científica, sociedade civil e órgãos de classe com titular e suplente. Diz que um membro do acadêmico científico do GREA saiu do conselho e nós ficamos com essa vaga aberta. O suplente dele é o Felipe (PROAD), então nós precisaríamos ver quem do acadêmico científico gostaria de ocupar a vaga. Diz que temos duas questões 1- Se o suplente sobe para titular ou não, 2- Se subir para titular eleger novo suplente, se não, eleger um titular. Felipe diz que na reunião da comissão editorial para ele estaria claro que o suplente subiria e se iria eleger um titular. Verinha diz que após a reunião da comissão foi verificado no regimento e lá não tem nada que diga que o suplente sobe automaticamente para titular. Diz que é um ponto em aberto. Fabio se coloca para a vaga de suplente. Felipe se candidata a vaga de titular. Lucas diz que se o suplente está se colocando para a vaga de titular, agora temos a vaga de suplente aberta. Eliana fala que como temos uma concordância do suplente subir para titular (se colocou para a vaga) e temos também um candidato que se coloca a suplência e mais nenhum candidato a nenhuma das vagas, fica Felipe titular pela vaga acadêmico-científica e Fábio (GREA) como suplente. **APROVADO POR TODOS. Verinha passa para o item e) Recursos Financeiros para projetos de Prevenção**. Eliana diz que é um informe. Fala que a Coordenadoria de Política sobre Drogas não tem previsto do tesouro nenhum recurso para projetos de prevenção então foi buscar junto ao CONDECA – Conselho Estadual da Criança e Adolescentes que tem um fundo bem substancial e com trabalho bastante firme do nosso chefe de gabinete e do Dr. Rogério pela PGE conseguimos aprovação no CONDECA de 5 milhões para projetos de prevenção no Estado de São Paulo. O grande nó é como juridicamente conseguiremos pegar este recurso que está no fundo da criança e adolescente. Diz que tão logo for fechado, trará notícias. Jorge diz que o importante é o conceito de educação sobre drogas. Diz que no Congresso da ABRAMD estamos programando ações para fortalecer. Eliana diz que como é recurso do fundo da criança e adolescente o dinheiro é para trabalhar com crianças a princípio. Eliana diz que a rubrica já foi criada desde 2019. O problema é o tramite contábil. Eliana diz que quando se trabalha com prevenção se vai além de discutir a droga. Eliana pede licença pois terá que ir à sala do secretário devido a uma emergência. Eliana retorna a questão pendente da Andrezza sobre reunião na ALESP. Diz que não temos estrutura para reunião híbrida. Só on-line ou presencial. Quanto a ALESP foi dito que a Defensoria Pública teria esta estrutura lá e poderia transmitir (híbrida). Este deve ter sido o ruído (entendimento) que as reuniões poderiam acontecer na ALESP. Ocorre que é de obrigatoriedade do executivo ofertar a estrutura para as reuniões e este está ofertando para as reuniões presenciais e para on-line. Não temos estrutura para híbrida. As reuniões presenciais são de fácil acesso. Não cabe ao legislativo ceder espaço para reuniões, só quando promovemos audiência pública. Diz que o Advocacy podemos fazer. Passar a responsabilidade que é nossa para o outro, não. Eliana pede licença pois terá que resolver uma situação no gabinete do secretário. Verinha passa para o **Item 3 – COMUDA** – Centro de Convivência de Alcool e Drogas. Cecília fala das ações do COMUDA realizadas no mês de julho: a) Reunião com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos para discutir a Nota Técnica que foi aprovada; b) reunião com a área



técnica da saúde; c) participaram do GT Cracolândia do Conselho Participativo Municipal; d) continuidade dos trabalhos para organização da 8ª Conferência Municipal sobre drogas e álcool que deve acontecer em novembro/23. Convida a Carolína Salado que é a Secretária Executiva do COMUDA para apresentar o relatório do Centro de Convivência de Alcool e Drogas. Carolína agradece e diz da importância dos trabalhos conjuntos. Cita que os trabalhos em maio após a operação Caronte na região central, o Conselho municipal foi sendo provocado sobre a situação e nos responsabilizamos pela parte que nos tocava e fomos pensando como elaborar uma proposta viável para as questões que estavam acontecendo com os usuários e não só com os usuários, mas também os moradores e atores que atuam na região central. Deu-se início a um GT de espaço de uso pois precisávamos pensar em políticas e estratégias de inovação considerando as experiências internacionais. Era preciso ter um olhar amplo e a composição do GT foi: Cecília Galício (Vice-Presidente representante o CONED), Cristiano Maronna (OAB), Sivia Cazenave (CRF), Maria Angélica Comis (E de Lei), Marcos (Presidente – CRP) e ela como representante do Conselho Regional de Terapia Ocupacional. Houve várias discussões, levantamentos de dados, material técnico, referências bibliográficas e experiências internacionais. Chegamos ao espaço de uso supervisionado. Levantamos argumentos jurídicos que trazem brechas para que se possa pensar neste espaço. Diz que partindo da saúde mental, da rede de atenção psicossocial tomamos entendendo que hoje temos na cidade de São Paulo um dispositivo que há 30 anos mostra um trabalho com bastante resultado com essa população saúde mental/ álcool e outras drogas que são os centros e convivências e cooperativas. A partir daí foi pensado nas perspectivas de novas possibilidades de vida e transformação a partir de um dispositivo de baixa exigência que é o Centro de Convivência. O primeiro foi criado em 1993. Hoje existem 24. Eles são inseridos dentro de parques pois estes espaços são de todos. Diz que estes dispositivos que são da saúde cabem como uma luva para as demandas que temos hoje inclusive de conflitos muito importantes entre os moradores e usuários, assim como também da perspectiva do cuidado. Traz a possibilidade de um trabalho em rede. Cita que os Centros de Convivência são políticas públicas, instituídos por portaria de 2018 que é um dispositivo da rede atenção psicossocial. Pensando em todas as iniciativas de ações com relação a essa demanda do campo de álcool e drogas temos uma questão baseada em programas de governo que sabemos que acabam não tendo continuidade a partir da mudança de gestão. Isso traz uma fragilidade na continuidade do cuidado. Diz que é o único território, a única região que não temos um centro de convivência e cooperativa-CECCO. Fala que este dispositivo tem todos os elementos técnicos. Fala que a discussão sobre o espaço de uso ainda continua. Verinha agradece a Carolína e passa para Laura que ficou com uma questão. Diz que alguns CECCOS não entenderam a proposta. Carolína diz que estão fazendo várias articulações para esclarecimentos sobre a questão. Cecília diz que para complementar é importante lembrar que nesse trabalho o principal foco do trabalho é de resgatar a RAPS-Rede de Atenção Psicossocial que ficou um pouco perdida. Cita que ficamos em um campo onde qualquer um pode fazer o que quiser como comunidade terapêutica, internação involuntária. Fala que o relatório é no sentido de que sejam avaliados e entendidos os serviços. Filipe diz que o trabalho é de extrema importância. Cita que existe muita perseguição principalmente aos trabalhos de Redução de Danos que é uma defesa à saúde. Verinha cita que como a Presidente não conseguiu retornar do gabinete de seu Secretário e o Secretário Executivo ainda está na agenda com a Ministra dos Povos Indígenas solicita para que o Vice-Presidente de continuidade aos trabalhos. Lucas pede para fazer um comentário sobre o momento anterior e diz que se sente contemplado com boa parte das falas dos colegas. Diz que temos que olhar para as iniciativas relacionadas às políticas de drogas, notadamente para aquelas que forem se desvirtuando de alguma lógica que promova atendimento e reinserção social. Diz que também sente falta de validar boas iniciativas e bons trabalhos. Quanto as comunidades terapêuticas citadas pela Cecília dizem que estão financiadas pelo governo, que são bons

7



serviços incluindo as repúblicas e casas de passagem que atendem as pessoas que são inseridas na RAPS e no SUAS e que tem seus direitos promovidos e garantidos. Diz que todos os serviços que promovem direitos humanos são necessários. Diz que precisamos combater a violação de direitos, mas defender quem faz promoção de direitos. **Cecília** diz que não temos tempo para criticar o que está funcionando. Diz que existem sim iniciativas que estão dentro das regras e que estão observando as questões de direitos humanos. **Lucas** diz que o que está errado precisamos sim combater. **Filipe** diz que entende o posicionamento do Lucas, cita que algumas comunidades terapêuticas não atuam da maneira descrita por ele. **Lucas** fala da comissão do Plano Estadual sobre Drogas e cita que deverá ser realizado um trabalho de levantamento de dados para realização de conferências onde serão ouvidas as demandas dos municípios para que do resultado se crie o Plano Estadual sobre Drogas. Quanto a comissão de COMADS fala que esta foi incorporada a do Plano Estadual. Explica que as pessoas que compunham esta comissão, também pertenciam ao Plano. **Verinha** diz que só duas pessoas não pertenciam a comissão do Plano. Cita que conversou com as mesmas e estas aderiram ser colocadas na comissão do Plano. Assim ficou paralisada a Comissão COMAD. **Filipe** diz que tivemos um avanço na última reunião. Temos que fazer resgate de ações passadas como conferências municipais que foram realizadas. **Verinha** diz que quem tiver documentos de conferências que já foram realizadas na área da saúde mental, dos municípios na área de drogas, por favor nos envie. **Paulo** diz que um dos pontos da Presidente é pensar nos eixos que deverão ser trabalhados nas conferências. Lembra que o próximo ano é de eleição municipal e isto atrapalha muito os trabalhos. Nada mais havendo **Verinha** agradece a presença de todos em nome da Presidente e do Secretário Executivo. Na qualidade de secretário, lavrei, redigi e relatei o teor da presente ata, que segue por mim assinada e pela Presidente.

São Paulo, 27 de julho de 2023.

Eliana Borges
Presidente

Marcos Paulo de Oliveira Alves
Secretário Executivo